

Entrevista com o professor Dr. Otávio Luiz Vieira Pinto

Dominique Vieira Coelho dos Santos (FURB)¹
Renato Viana Boy (UFFS)²

Otávio Luiz Vieira Pinto é professor de História da África da Universidade Federal do Paraná, pesquisador do *Middle Persian Studies* (MPS) e do NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos), além de colaborador do projeto internacional *Networks and Neighbours*. Durante sua formação, trabalhou, no mestrado, com a obra de Cassiodoro (UFPR) e, no doutorado, com a de Jordanes (University of Leeds). Atualmente, tem dedicado suas pesquisas ao mundo persa e às trocas culturais entre os grupos da costa Suaíli, na África, e os grupos árabes e iranianos do Oriente Médio, entre os séculos VI e XI. Em seus trabalhos mais recentes, o professor Vieira Pinto tem dado ênfase na expressão ‘Pré-moderno’ para se referir aos períodos anteriores ao século XV. Assim, apresentamos aqui uma entrevista com um jovem historiador, cujas trajetória e temática de pesquisa atual dialogam diretamente com a proposta temática deste dossiê.

Fronteiras: A chamada "Era Digital" já vinha impulsando algumas demandas relacionadas com a História Pública e as Humanidades Digitais. Temos acompanhado muita produção historiográfica nas últimas décadas se voltando para temáticas assim. De igual modo, além do trabalho com digitalização de acervos, tanto textuais como audiovisuais, os historiadores e historiadoras tem contribuído, cada vez mais, com a produção de páginas na internet, podcasts, canais em diversas plataformas e assim por diante. As áreas de História Antiga e História Medieval já participavam intensamente deste processo, talvez até com certo pioneirismo, por uma questão de necessidade. Depois da Covid-19, parece que o que era incentivado está se tornando uma tendência. Como você avalia estas questões, suposto pioneirismo de Antiga e Medieval e ênfase nas digitalidades no mundo pós-pandemia? É um caminho sem volta?

Otávio Luiz Vieira Pinto: Acho que a grande questão que paira acima de tudo é a seguinte: para que serve a História? Ou melhor, qual é a relevância da História? Pensar nesta “utilidade social” implica, naturalmente, em avaliar as formas de acesso e de divulgação das produções

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (2012), com estágio de Pós-Doutoramento na Universidade de Oxford (2017). Atualmente é professor de História Antiga e Medieval da FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau. E-mail: vieiradominique@hotmail.com

² Doutor em História pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é professor de História Antiga e Medieval da UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul – *campus* Chapecó. E-mail: renato.boy@uffs.edu.br

historiográficas, bem como seus variados alcances. Não precisamos estender o debate da “utilidade”, mas é preciso lembrar que a História, como “estudo do passado”, também é uma reflexão sobre o presente, e, portanto, acho produtivo – e até esperado – que a historiografia seja adequada às formas comunicacionais do presente (e também à suas demandas sociais). No que tange ao estudo do mundo pré-Moderno, certamente há um pioneirismo na aproximação com as realidades digitais. Creio que a resposta simples seja por conta das formas de acesso, em especial aos arquivos de documentação primária. No Brasil, nosso acesso físico aos acervos, aos manuscritos, aos museus, é virtualmente nulo. Sempre dependemos, por questões logísticas, do trabalho com *ebooks*, com edições documentais escaneadas, microfimes, etc. A internet, assim, veio para facilitar o trabalho de pesquisa, mas também veio para popularizar o estudo da pré-Modernidade em etapas iniciais da vida acadêmica, como a graduação. Na impossibilidade de realizar longas viagens de pesquisa para o exterior, alunas e alunos podem fazer *download* de toda uma sorte de materiais, antes restritos. A *internet* como ferramenta de pesquisa é o primeiro passo para a internet como *divulgação* de pesquisa. E aqui as digitalidades são fundamentais. Já faz algum tempo que historiadoras e historiadores entenderam que a relevância social da produção historiográfica ganha corpo mais intenso quando disposta *online*, em forma de podcast por exemplo: o formato permite que qualquer pessoa, seja da área ou não, tenha acesso aos resultados de pesquisa. A pandemia forçou pesquisadoras e pesquisadores a darem um passo além: organizar *encontros* de maneira remota. Congressos, uma das pedras basulares da atividade de pesquisa, eram a “última fronteira”, em termos de acesso, para estudantes e acadêmicos do Sul Global, por exemplo. Participar de congressos em outros continentes demandava um gasto oneroso demais para profissionais e estudantes. O isolamento social forçou uma passagem do encontro presencial para o encontro virtual, e essa passagem tem se mostrado frutífera: não só expande em grandíssima medida as possibilidades de participação geral, como também altera a lógica de acesso do grande público aos produtos de pesquisa: se antes os *podcasts* ou os canais do *Youtube* eram tidos como formas condensadas de popularização das ciências, agora o público interessado pode assistir *diretamente* os encontros acadêmicos, os seminários e congressos. É difícil medir o impacto imediato dessa acessibilidade quase irrestrita, mas algo precisa ser dito: a atividade remota *precisa* ser incorporada ao trabalho historiográfico de forma séria. É *preciso* que nós, historiadores e historiadoras, estejamos abertos para as demandas comunicacionais do nosso presente. Isso inclui não apenas entender que encontros virtuais talvez sejam, sim, um “caminho sem volta”,

mas também que produções digitais, como podcasts ou vídeos, são formas tão sérias e válidas de apresentação dos resultados de pesquisa quanto livros ou artigos.

Fronteiras: Você conhece um pouco Santa Catarina, pois trabalhou na Udesc, a Universidade do Estado, no Campus de Florianópolis. Como você percebe as áreas de História Antiga e Medieval no Estado de Santa Catarina? Em sua opinião, o estudo destes arcos cronológicos específicos em âmbito catarinense se parece com o que você experienciou em outras oportunidades ao longo de sua trajetória acadêmica, tanto no Brasil quanto na Europa, sobretudo na Inglaterra? Que avaliação você faz? Há pontos em que precisaríamos nos aperfeiçoar? Há algo que fazemos bem? Há algo, por exemplo, que a historiografia catarinense poderia ensinar a Leeds? E qual foi a experiência de lecionar estas temáticas em um Departamento de História com ênfase em História do Tempo Presente?

Otávio Luiz Vieira Pinto: Eu diria que Santa Catarina é um caso “meteórico”, emblemático no âmbito da Academia brasileira. Sabemos que, por boa parte do século XX, os estudos da Antiguidade e do Medievo eram realizados majoritariamente no Sudeste. Ao longo do século XXI este cenário foi mudando, se expandindo, mas Santa Catarina ainda era um “estado tímido” neste contexto. Tudo mudou recentemente: hoje, temos pesquisadoras e pesquisadores desta área na FURB, na UFFS e na UFSC. Os responsáveis por este *boom* pré-Modernos são jovens e, em sua totalidade, trazem consigo pesquisas atuais, críticas e pouquíssimo exploradas no Brasil. Antes um “estado tímido”, hoje as instituições de ensino superior catarinense abrigam pesquisas sobre Irlanda Antiga, sobre História Global pré-Moderna, sobre o Período Clássico, sobre o Mundo Romano Oriental, sobre Índia Antiga, sobre Magia e Práticas Religiosas na Eurásia como um todo... isso não é pouco! Essa efervescência temática tem atraído também estudantes de graduação e pós-graduação, o que naturalmente dará continuidade à essa dinâmica de pesquisas inovadoras. E talvez seja justamente este ponto que diferencie Santa Catarina e alguns outros estados brasileiros dos espaços mais bem estabelecidos, nacional e internacionalmente: o senso de “novidade”. Um terreno vazio é também um terreno fértil, e este influxo recente de pesquisadoras e pesquisadores vem permitindo que o estado se construa com uma identidade própria e, talvez, até mesmo mais plural em termos de investigação histórica. Isso não quer dizer que os espaços tradicionais de pesquisa possuem deméritos temáticos, mas é preciso reconhecer que a pouca idade da historiografia pré-Moderna em Santa Catarina cria sua própria lógica. Na Inglaterra, por exemplo, é comum que os antiquíssimos departamentos influenciem, seja pelo seu professorado, seja pelo peso da tradição, na escolha de temas de

pesquisa, mantendo uma certa homogeneidade. A diferença que espaços mais novos trazem é justamente em seu “Iconoclasmo” e na infinidade de possibilidades científicas. Talvez essa seja a grande lição catarinense para o Brasil ou para a historiografia eurocentrada: a novidade vem acompanhada de versatilidade, de vozes críticas, com novas perguntas. Esta lição, inclusive, não se restringe somente ao estado, mas ao Sul Global como um todo. São dos espaços “subalternos” ou menos tradicionais que surgem as ideias revigoradas (e revigorantes). Contudo, o *boom* pré-Moderno ainda não encontrou seu espaço em todas as instituições de ensino superior do estado. A UDESC, neste caso, já havia cravado seu nicho específico de História do Tempo Presente (o “oposto completo” da Antiguidade e do Medieval, portanto) e, talvez com certa razão, se mantenha fiel a ele. Em minha rápida passagem pela instituição, contudo, percebi sim um espaço para desenvolvimento: havia curiosidade e interesse não só entre o alunado, mas também entre algumas professoras e professores. A UDESC, é claro, já abrigou pesquisas de graduação na área de História Antiga e Medieval, mas ainda há uma barreira na pós-graduação. Talvez isso mude no futuro próximo, talvez não... porém, posso dizer que a experiência de trazer a pré-Modernidade para o campo do Tempo Presente foi muito interessante, em especial do ponto de vista “egoísta”: aquele foi um espaço que me levou a pensar não apenas alguns dos pontos que pesquiso, mas também algumas implicações do que faço. Em outras palavras, circular em um departamento cujo foco é tão distante da minha pesquisa me permitiu criar novas indagações em relação aos meus métodos de análise, ao meu cabedal conceitual, e até mesmo às minhas fontes mais usuais.

Fronteiras: Depois que você se tornou professor de História da África na UFPR, você tem enfatizado a terminologia "Estudos pré-modernos"? Isso estaria relacionado com uma necessidade de evitar as formas "Antiga" e "Medieval" para História da África? É um diálogo com as provocações apontadas pelo professor José Rivair Macedo da UFRGS ou tem mais relação com os diálogos sobre História Global? A ênfase na modernidade como parâmetro de classificação cronológica não representaria um prejuízo?

Otávio Luiz Vieira Pinto: Minha tentativa de “naturalizar” a terminologia “pré-Moderno” responde tanto à provocação que o professor José Rivair Macedo já fez em fóruns públicos quanto à necessidade de pensar espaços de forma mais “global”, diversa e inclusiva a partir de mecanismos de integração. Porém, eu diria que o pilar principal que sustenta meu posicionamento é, em certa medida, político: é uma tentativa de apontar que as raízes epistemológicas dos estudos Antigos e Medievais estão cravadas no terreno da Modernidade,

quando as ciências europeias viram a necessidade de elaborar narrativas universais, protagonizadas por um avanço linear que vai da Grécia para Roma, de Roma para os reinos europeus e assim por diante. Obviamente que, hoje, estudiosos da Antiguidade e do Medievo já criticaram esta postura e, em grande medida, já superaram essa questão. O que não foi superado, eu diria, é o que chamo de “protagonismo temporal”, em que as divisões pedagógicas da História ainda respondem à movimentos mais ou menos eurocentrados. O que isso significa? Significa que os grandes blocos históricos, em especial quando dispostos nos livros didáticos, ainda funcionam na lógica da narrativa mestra criada na Modernidade. Ainda que, na Academia, essa postura não seja hegemônica, ela o é nas escolas e na consciência histórica de um público geral. Falar em “medieval” evoca, por exemplo, uma imagem histórica e estética que ainda se entrelaça com estereótipos e posicionamentos superados. O que isso significa para os espaços não-europeus? Que imagem é evocada quando se fala em “África Medieval”? Aqui entramos num segundo problema: o “Orientalismo”. Uma “África Medieval” é um espaço de caravanas no Saara? De turbantes e comerciantes de escravizados? O “Islã Medieval” é um espaço de califas? De cimitarras e camelos? Todos estes estereótipos, que podem ser entendidos a partir dos debates sobre Orientalismo de Edward Said, ainda são firmes, fixos tanto na Academia quanto fora dela. Assim, defendo que o termo “pré-Moderno”, além de trazer um campo “não semeado” por narrativas ultrapassadas, também permite pensar mecanismos de integração e de protagonismo histórico sem incorrer, imediatamente, à uma narrativa mestra, com “centros históricos” claramente estabelecidos. O “pré-Moderno” abre espaço para uma diversidade de focos, de vozes, de realidades... e o faz sem, necessariamente, usar a Europa como eixo de classificação cronológica. Como? Entendendo “Modernidade” não como um período, mas como um sistema de pensamento categorizante que surge com as visões historiográficas após os séculos XV e XVI. Ou seja, o “pré-Moderno” aqui não indica um “pré-Queda de Constantinopla”, mas um “pré-Formação do Pensamento Histórico Eurocentrado”. Assim, este “pré-Moderno” que defendo funciona como uma anti-divisão, na verdade; como um chamado para que tenhamos em mente as implicações das raízes profundas de nosso pensamento histórico (implicações muitas vezes deletérias e epistemicidas). Obviamente, não considero que falar de História Antiga e Medieval seja essencialmente um problema, mas defendo que passemos por uma problematização historiográfica quando olharmos para espaços não-europeus: a África de Mansa Musa, por exemplo, ou o Iraque de Hārūn Ar-Rašīd. Em outras palavras: para melhor estabelecer uma perspectiva histórica mais ampla, mais “global”, mais inclusiva e mais diversa, o “pré-Moderno” funciona como bom termo Guarda-Chuva e um

divisor adequado, até porque nos força a seguinte indagação: “que mundo era este que precedeu a ascensão de uma visão de mundo supremacista, como esta que vigora há tantos séculos no Ocidente?”. Vivemos um momento em que se busca “decolonizar” o conhecimento tradicional, então acredito que essa “decolonização” possa passar, também, pela nossa terminologia cronológica. Por fim, gostaria de reiterar que o “pré-Moderno” não exclui outras divisões: podemos falar de um mundo “pré-Moderno” que inclui uma Grécia Clássica, uma Pérsia pré-Islâmica, um Medievo Ocidental, uma Antiguidade Greco-Latina. O “pré-Moderno” é mais um manifesto de inclusão do que uma crítica direta aos que decidem, de forma muito legítima, é claro, trabalhar em cima de divisões cronológicas que, em suas visões, definem melhor seus métodos de pesquisa.

Fronteiras: Atualmente, testemunhamos uma presença constante de referências à temporalidades pré-modernas em diversas mídias, como séries, games, filmes, entre outros. O crescente interesse dos jovens nestas mídias, que trazem múltiplas representações da antiguidade ou do medievo, estaria se refletindo também no interesse dos estudantes de graduação em História por estas temporalidades para suas pesquisas? Em outras palavras, o interesse crescente no entretenimento que tem a História Antiga ou a História Medieval como pretensos cenários tem contribuído para o crescimento destas enquanto áreas de estudo? Ou, ao contrário, estaria reforçando estereótipos contra os quais os historiadores vêm trabalhando há muitos anos?

Otávio Luiz Vieira Pinto: Ambas indagações, acredito, são verdadeiras. Mídias de entretenimento costumam trabalhar com atalhos cognitivos, isto é, com imagens prontas que evoquem, imediatamente, um período específico. Como comentei acima, essa evocação quase sempre passa por estereótipos cristalizados em uma consciência histórica. É assim que uma série de fantasia como *Game of Thrones* é vista como medieval: trabalhando com atalhos estereotipados a partir de “trevas”, “sujeira”, “violência”. Contudo, ao mesmo tempo em que temos essa realidade, temos também muita gente – estudantes, em especial – preocupada com os valores historiográficos e pedagógicas destas representações. Isso fomenta novas pesquisas e acende interesses na investigação histórica. Contudo, eu diria que a grande contribuição de área vem com uma virada na lógica documental: essas mídias diversas se tornam *fontes* de pesquisa. Elas se tornam um condutor de averiguação, e isso opera uma alteração também na lógica temporal: a História Antiga e Medieval se torna mais íntima, mais próxima de uma produção comunicacional contemporânea. Estudar a pré-Modernidade como ambientação de

filmes, séries e jogos borra as divisões temporais, e isso tem gerado resultados interessantes que, se levados à sério, nos permitem até questionar as “fronteiras” cronológicas de nossas disciplinas. Estamos falando de “Usos do Passado”? Sim, mas ao contrário do campo clássico dos “Usos do Passado”, que é a política estatal e hegemonia cultural do imperialismo europeu, este novo espaço de “Usos do Passado” trabalha com uma consciência histórica diferente, mais corrente, mais “natural” no sentido de sua implicação cotidiana. Assim, talvez estudar o entretenimento não só sirva para aproximar estudantes da documentação pré-Moderna, mas também para diminuir o abismo que eventualmente existe entre quem trabalha com “Usos do Passado” e quem trabalha com História Antiga e Medieval pura e dura.

Fronteiras: Para além das temporalidades pré-modernas, você tem dedicado seus estudos ao mundo oriental, em especial ao persa. Sendo ainda um campo pouco pesquisado por historiadores brasileiros, quais as potencialidades e os maiores desafios para o desenvolvimento de pesquisas neste campo?

Otávio Luiz Vieira Pinto: De fato, desde o fim do meu doutorado (que foi centrado em documentação romana), venho me dedicando aos espaços asiáticos – e, mais recentemente, às conexões entre a Ásia Ocidental (o “Oriente Médio” e a Costa Oriental da África). Meu atual projeto de pesquisa, inclusive, tem como ponto de partida os espaços africanos. Dito isso, ainda lido com documentação persa, em especial pré-islâmica. A “Iranologia”, como é descrita fora do Brasil, é um campo de pesquisa muito carente por aqui, sendo o *Middle Persian Studies*, da UnB (grupo ao qual sou vinculado), talvez o único espaço institucional que tem se dedicado às fontes persas. O *Middle Persian Studies* já formou uma porção de alunas e alunos de graduação, bem como de mestrado e doutorado, graças aos esforços do professor Vicente Dobroruka. Como um espaço nascente, certamente ele oferece uma enorme potencialidade de pesquisa, que vai desde o estudo da Antiguidade Aquemênida à aurora do Islã, passando pelos textos muçulmanos da Ásia Central e dos *persianatos*, sociedades influenciadas pela cultura persa que se espalham entre turcos, mongóis e indianos a partir do século XI. Não faltam temas de investigação, e seria uma contribuição inestimável para a historiografia feita no Brasil se mais gente se dedicasse à esse campo. Contudo, ele coloca uma grande dificuldade: a língua. O idioma das fontes é, sem dúvida, o maior desafio para o desenvolvimento de pesquisas na área de Iranologia. Mesmo que tenhamos boas traduções disponíveis em inglês, eventualmente é necessário que se conheça um pouco do persa médio, do persa novo e do árabe para manusear as fontes. Para quem se interessa pela época sassânida (séculos III – VII), como eu, há muita

coisa escrita em persa médio, desde documentação escrita até inscrições epigráficas. O persa médio é um idioma difícil, com uma escrita ainda mais complexa que, por sua vez, demanda alguma noção de uma língua antiquíssima chamada avéstico. Não há maneiras simples de estudar estes idiomas no Brasil, e isso torna a pesquisa muito mais complicada. É preciso, portanto, conhecer o inglês para se ter acesso à gramáticas, dicionários e manuais de persa médio, persa novo, etc. Se existe a possibilidade da pesquisadora ou do pesquisador contornar estes desafios, os resultados serão ricos e originais. Tenho alguns artigos e capítulos de livro ainda no prelo que trazem traduções de documentação em persa médio junto do texto original, então espero que, de início, estes textos possam servir de apoio para quem tenha interesse em começar a pesquisa a Pérsia pré-Islâmica.

Fronteiras: Muitos historiadores defendem que o olhar de um pesquisador não europeu para temáticas históricas pré-modernas lança sobre estes objetos uma abordagem distante dos nacionalismos e das questões de pertencimentos a identidades tipicamente europeias. Desta forma, os resultados das pesquisas sobre antiguidade ou o medievo, feitas por historiadores não europeus, acabariam apontando para novas óticas de análises, mesmo sobre temas há muito estudados na Europa, justamente por conta deste distanciamento geográfico. Entretanto, como você avalia essa questão quando o recorte geográfico dos estudos se expande para o oriente e, no seu caso específico, o oriente persa? Como pode ser observado o distanciamento experimentado por um pesquisador brasileiro e um europeu, quando o objeto de estudos está também fora da Europa?

Otávio Luiz Vieira Pinto: Esta questão se liga diretamente com o comentário que fiz acima sobre a “pré-Modernidade”. Isso porque estudar um espaço fora da Europa implica, mais cedo ou mais tarde, no trabalho com uma historiografia que é, ao fim e ao cabo, *européia*. Os estudos orientais nascem, afinal, na França, na Inglaterra e na Alemanha. O que isso nos mostra é que não basta apenas estarmos fora dos espaços europeus, mas temos que pensar também para além da historiografia europeia. Não pertencer geograficamente não significa que nossa historiografia é automaticamente menos nacionalista que aquela produzida na Europa! Entendo que brasileiras e brasileiros que pesquisam a Antiguidade e o Medievo comumente enfrentam acusações de que seus trabalhos “não possuem relevância para o Brasil”, e assim é reconfortante pensar que, meramente por sermos latino americanos, nossas vozes possuem uma qualidade crítica, menos nacionalista, menos implicada na contemporaneidade dos assuntos europeus. Contudo, essa voz fica silenciada quando nos aportamos completamente em trabalhos

eurocentrados, em paradigmas europeus, em ideias europeias... é preciso dar um passo além. É preciso olhar para o trabalho de colegas brasileiros e entender essa produção como legítima, é preciso buscar metodologias críticas e decolonizantes, é preciso revisitar temas clássicos e ideias bem estabelecidas. Seremos cidadãos do Sul Global certamente nos dá essa potencialidade, mas precisamos efetivamente colocá-la em prática. É por isso que, se nossas ferramentas são muito tradicionais, pouca diferença faz se estamos olhando a França de Hugo Capeto ou o Japão de Toyotomi Hideyoshi. No fim, nosso condutor de análise será *eurocentrado*. Portanto, eu diria: o distanciamento geográfico precisa vir ao lado de um distanciamento historiográfico. Isso é muito evidente quando falamos de estudos sobre Ásia ou África, porque nossas ferramentas de análise comumente vêm recheadas de eurocentrismo, de orientalismos e de estereótipos. No campo acadêmico, é preciso pensar não apenas no recorte geográfico do pesquisador, mas também no seu recorte epistemológico. Por isso, quando falo “europeu” ou “eurocentrados”, não estou falando de pessoas, mas de moldes epistemológicos comprometidos com projetos de dominação e de hegemonia. Portanto, em minha opinião, a pertença geográfica não é o suficiente. É preciso saber qual é a “filiação historiográfica” de cada sujeito. Só assim podemos saber que valores seu olhar traz sobre determinados espaços ou tempos históricos. Acredito que é dessa forma que o distanciamento da pesquisadora e do pesquisador, no caso de disparidades geográficas, pode ser observado.

Recebido em 20/05/2020.
Aceito em 30/06/2020.